



# Anais da Assembléia

Nº 090

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 068.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados Costenaro Neto, Edson Silva Lino, Geraldo Cartário, Luiz Antonio Setti e Nilton César (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao projeto de resolução oriundo do Projeto de Lei nº 252/91, de autoria da

Comissão da Constituição e Justiça que objetiva autorizar a realização de plebiscito para que a população decida sobre o desmembramento do distrito de Iratim do município de Palmas e a sua incorporação ao município de Bituruna.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 212/91, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, com sede e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### REQUERIMENTO Nº 1798-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a licença desta Casa, para comparecerem à IX Expolite, encetada pelo Poder Público de Castro e nesse ano marcando o 50º aniversário da Cooperativa Agropecuária Batavo.

Torna-se perfeitamente dispensável ter maiores comentários com relação a importância sócio-econômica do município de Castro no processo desenvolvimentista, particularmente do Paraná. O espírito associativista resultou sempre em um cooperativismo moderno, atuante e sobretudo propulsor de riquezas à sua gente trabalhadora e hospitaleira que, incansável e ordeiramente, sempre respondeu à altura aos grandes desafios.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO,

DURVAL AMARAL e  
TOTI COLAÇO

Plauto Miró Guimarães, João Arruda, Arlindo Troian e Rossoni.

REQUERIMENTO N° 1783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora JÚLIA B. TOLEDO, ocorrido na data de 4 de agosto do corrente.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a sua filha: SHEILA TOLEDO.

Correspondência a ser enviada a Rua Bororó, 365 - ap. 204 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário votos de congratulações pela eleição da Executiva do PSDB, realizada no dia 4 de agosto do corrente, na Assembléia Legislativa do Paraná.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

HERMAS BRANDÃO

(Presidente)

LUIZ FELIPE HAJ MUSSI

(1° Vice-Presidente)

ANTONIO CARLOS BARATAR

(2° Vice-Presidente)

JONATAS PIRKIEL

(Secretário Geral)

JURACI BARBOSA

(1° Secretário)

HEINZ GEORG HERWIG

(Tesoureiro)

EUCLIDES SCALCO

(Vogal)

ANA MARIA GHIGNONI

(Vogal)

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1785

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja autorizada a instalação da Mesa da Assembléia Legislativa, na sede Central da Igreja Evangélica Assembléia de Deus (rua Senador Xavier da Silva 427), dia 15 de agosto de 1991, com início às 19:00 horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor José Pimentel de Carvalho, conforme Lei n° 8412.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(aa) EMÍLIA BELINATI e

JOÃO IENSEN

Apoiamento: José Alves, Ademar Traiano,

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa prende-se ao fato do Pastor José Pimentel de Carvalho ser um dos patriarcas da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, exercendo, inclusive, a Presidência da Convenção Nacional da denominação.

Pela sua importância, o ato deverá atrair a presença de milhares de pastores, obreiros e familiares da Igreja e das demais denominações evangélicas, não só do Paraná, como também de outros Estados da Federação e do Exterior.

REQUERIMENTO N° 1781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinado a instalação de um colégio Agrícola de 1° e 2° grau, no município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, seja dada ciência ao ilustre Prefeito Municipal, senhor Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, vereador José Firmino de Souza, ao vereador do PFL, Moisés Mendes e à vereadora Zilda Vicente Pereira.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando ser Iporã um município essencialmente agrícola, com elevado índice de alunos na zona rural e que em razão da não existência de cursos superiores ou profissionalizantes da disciplina agrícola, na sede do município. Tendo em vista a falta de condições financeiras para que os filhos desses agricultores possam buscar estudos fora, em outros centros mais evoluídos educacionalmente, impossibilitando-os de se qualificarem para a atividade agropastoril, é que vimos solicitar a construção e implantação do referido colégio.

REQUERIMENTO N° 1784

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER A MESA, ouvido o Plenário, sejam passados, com urgência, FAX às autoridades abaixo discriminadas, solicitando providências para que viabilize a implantação de uma UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ, no município de Maringá, a exemplo da que já existe no município de Medianeira, neste Estado, e conforme justifica:

- a) Ao Presidente Fernando Collor de Mello, em Brasília;
- b) Ao Ministro da Educação, Senador Carlos Chiarelli, em Brasília;
- c) Ao Delegado do MEC no Paraná, Dr. Véspero Mendes, em Curitiba;
- d) Ao Diretor do CEFET-PR, Dr. Artur Antonio Bertol, em Curitiba;
- e) Ao Prefeito de Maringá, Dr. Ricardo de Magalhães Barros.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) JOSÉ ALVES

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, com sede em Curitiba, é uma escola profissionalizante, a nível de 2º e 3º Graus de Ensino, que, desde sua criação e implantação no Paraná, vem demonstrando sua capacidade de formação profissional e de suprimento de mão-de-obra especializada para todo o Estado e para outras regiões do Brasil. Inúmeros são os alunos, vindos do Noroeste do Estado, que se deslocam para Curitiba, a fim de frequentarem aquela escola.

No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os mais necessitados em frequentar uma escola desse porte, não podem frequentá-la, devido às dificuldades financeiras que as famílias têm em poder sustentar seus filhos no CEFET de Curitiba. "A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", primeiro princípio da constituição maior de nosso País, deixa de ser igualitária para as famílias de baixa renda, no que se refere à educação.

O município de Medianeira já recebeu uma unidade de ensino profissionalizante federal, uma descentralização do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, e Ponta Grossa, na recente viagem do Presidente Collor àquele município, recebeu a promessa de implantação de uma unidade também naquela cidade.

Maringá, cidade-pólo, com influência numa população estimada em 500.000 habitantes, incluindo o município e cidades da região, tem urgência em ser aquinhoadas também com uma unidade de ensino profissionalizante federal, descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

É necessário um esforço concentrado de todas as autoridades vinculadas à educação, a nível federal; estadual e municipal, para que tal fato se concretize, e que Maringá e região tenham uma escola profissionalizante do tipo já existente e consagrada em Curitiba, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Temos conhecimento de que Maringá, em 1.986, perdeu a oportunidade de receber uma escola profissionalizante federal, a nível de 2º grau de ensino, das 200 im-

plantadas pelo Governo Federal naquela época. O mesmo não ocorreu com outros municípios paranaenses, como Cornélio Procopio, Umuarama, Goioerê, Pato Branco e Medianeira, que tiveram tal privilégio.

Vivemos uma época em que a mão-de-obra especializada é uma condição de desenvolvimento e uma razão de sobrevivência do homem nos grandes centros urbanos.

Não se pode omitir valores de tanta significância para as populações de nossa região, onde a agricultura dá emprego apenas aos bóias-frias, e quando daí é preciso criar outras fontes alternativas de emprego e de desenvolvimento. É preciso formar nossos jovens para a força do trabalho.

Temos certeza de que Maringá e região marcharão unidas agora na consecução desse ideal: uma Unidade Avançada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 1786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados expedientes Oficiais a Senhora Margarida Maria Maia Procópio, Ministra da Ação Social, Senhor Dr. Alceni Guerra, Ministro da Saúde, Senhor Prof. Carlos Alberto Chiarelli, Ministro da Educação, solicitando e recomendando a implantação de um Centro Integrado de Apoio à Criança - CIAC, no município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Com a divulgação do plano do Governo Federal na área da Assistência à Criança, o município de Cruzeiro do Oeste não pode ficar sem ser contemplado com o já ansiosamente esperado CIAC.

Esse projeto de educação e assistência à criança de uma maneira integrada com a preocupação com a saúde e permanência do estudante na escola, sem dúvida, será um grande avanço na solução de um dos maiores problemas do município, que é o da educação. A ação de entidades diferentes que tratam das questões na área da saúde, da alimentação, da educação formal e da socialização do jovem em idade escolar, faz com que os recursos sejam esparsos e poucos, pois a sua pulverização dificultam a sua efetiva aplicação.

#### REQUERIMENTO N° 1787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no

sentido de que sejam viabilizados recursos materiais e/ou financeiros para a construção da Ponte sobre o Rio Tamandúá, localizado na estrada Divisora, em Umuarama, ligando o distrito de Santa Elisa à comunidade da estrada Nossa Senhora Aparecida - esta faz conexão entre os municípios de Umuarama e Icaraima.

Do aprovado, requer, ainda, comunicação ao Prefeito Municipal de Umuarama, Senhor Alexandre Corante e ao Vereador Benedito Padilha, na Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de uma antiga reivindicação dos moradores daquela localidade, a qual em muito se beneficiarão para facilitar o escoamento da produção local e a integração entre as famílias das duas estradas citadas.

**REQUERIMENTO N° 1788**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente oficial, ao Senhor Dr. Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam viabilizados recursos e/ou materiais para construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Claro, na Estrada Velha (antiga), entre os municípios de Terra Boa e Engenheiro Beltrão.

Do aprovado, solicita comunicação ao Dr. Antonio Rosalen, (Av. João Teotonio Moreira Sales Neto, 877 - Moreira Sales/PR).

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

O trecho em tela requer urgentes providências na reconstrução da ponte, agora sim de concreto, com um vão de 14 metros, mais ou menos.

O trânsito é intenso de pequenos produtores que utilizam dessa via para movimentarem seus produtos e escoarem a safra e grãos. A participação do DER, na confecção dessas vigas de concreto juntamente com a Prefeitura Municipal, irá atender antiga reivindicação.

Podendo inclusive, tal é a necessidade, segundo um dos moradores, haver a contribuição da comunidade na doação de material de construção.

**REQUERIMENTO N° 1789**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Dr. Mário Pe-

Curitiba, terça, em 06.08.91

reira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de ciclovias à margem das rodovias que dão acesso aos Conjuntos Habitacionais da COHAPAR, como o do Parque Jabuticabeira e Jardim Cruzeiro, no município de Umuarama.

Do aprovado, requer envio de comunicação ao Senhor Prefeito Municipal Alexandre Ceranto, ao Senhor Dogival B. Rodrigues, Presidente da Associação de Moradores do Parque Jabuticabeira, e ao Senhor Milton de Castro Jorge, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Cruzeiro, a/c da Prefeitura Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Os conjuntos habitacionais da COHAPAR, como os do Parque Jabuticabeira e Jardim Cruzeiro, são ligados ao Centro de Umuarama, através de rodovias estaduais estreitas e sem acostamentos cujo tráfego é intenso de veículos, colocando os moradores que se deslocam à pé, ou por bicicletas, principalmente, em constantes perigos.

A construção de ciclovias, são obras necessárias e a ajuda do DER, é a reivindicação do referido requerimento.

**REQUERIMENTO N° 1791**

SÚMULA: REQUER o envio de expediente as autoridades abaixo relacionadas, visando a reabertura de agências e entre-postos do Banco do Brasil S/A. São as seguintes as autoridades:

1) SR. LAFAYETTE COUTINHO, PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL S/A;

2) SR. SESTÍLIO MERLO, SUPERINTENDENTE REGIONAL DO BANCO DO BRASIL.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente as autoridades acima relacionadas, visando a reabertura de agências e entrepostos do Banco do Brasil em vários municípios da Região Sudoeste do Estado do Paraná, de acordo com a justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A finalidade do presente é dar atendimento a reivindicação a nós formulada pelo Sindicato Rural de Pranchita (PR) e por lideranças políticas da Região Sudoeste do Estado.

Em recente entrevista concedida ao programa "Bom Dia Brasil", da Rede Globo de Televisão, o Sr. Lafayette Coutinho, Presidente do Banco do Brasil S/A, afirmou que o Banco do Brasil deverá atuar em todos os Municípios do Brasil, desde que os mesmos "tenham produção agrícola e capaci-

dade de desenvolvimento".

As declarações acima transcritas nos leva crer na viabilidade de reabertura das agências do Banco do Brasil nos municípios de Enéas Marques, Planalto e Pérola D'Oeste, bem como a reabertura de entrepostos nos municípios de Salgado Filho, Verê, Renascença, Pranchita, São Jorge do Oeste, Sulina e Bom Sucesso, além de entrepostos nos bairros da Cango (Francisco Beltrão) e Cidade do Sul (Dois Vizinhos).

A reabertura das agências e dos entrepostos seria muito bem vinda nas comunidades interessadas. Com o fechamento de vários entrepostos e agências no sudoeste do Estado, a maioria dos produtores teve que optar por abrir nova conta em outra instituição financeira, muito embora preferissem continuar trabalhando com o Banco do Brasil, só não o fazendo porque tal decisão implicaria, a prevalecer a atual situação, em deslocamento a uma outra localidade que possuía agência ou entreposto, desperdiçando tempo e dinheiro.

Assim sendo, finalizamos certos do apoio que os nobres Pares dispensarão ao presente requerimento, bem como da especial atenção que será dispensada ao mesmo pelas autoridades competentes para executar o solicitado.

#### REQUERIMENTO N° 1797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação, Senhor Elias Abrahão, solicitando implantação e funcionamento no ensino de 1º grau da 5ª a 8ª série na Escola Prefeito Ciro Martins, em Ponta Grossa.

Requer, outrossim, da decisão seja oficiada os Senhores: Pedro Wosgrau Filho, Prefeito Municipal, Odivaldo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e João Schimanski, Presidente da Associação de Moradores do Parque D. Pedro II, na rua José Lins do Rêgo, 177, CEP 84050, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

A maioria dos alunos ao completarem a 4ª série, deixam de continuar os estudos devido a falta de outras séries, as opções existentes mais próximas são a Escola Jardim Santana do Sabará, que conta com superlotação estudantil, não comportando mais vagas, a outra, Escola Professor Amálio Pinheiro, depende do uso de transporte coletivo face sua grande distância, significando onerar o orçamento familiar já insuficiente, logo, a solução por eles encontrada, é a desistência dos estudos.

Se implantadas, atenderão um grande número de alunos, residentes nas vilas: Santa Paula, Jansen, Justus, Raquel, São Miguel, Chácara Madalena e outras.

#### REQUERIMENTO N° 1798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação, Senhor Elias Abrahão, solicitando construção de seis salas de aula na Escola Prefeito Ciro Martins, em Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que da decisão, seja dada ciência aos Senhores: Pedro Wosgrau Filho, Prefeito Municipal, Odivaldo Alves, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e João Schimanski, Presidente da Associação de Moradores do Parque D. Pedro II, sito a rua José Lins do Rêgo, 177, CEP 84050, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente funcionam as séries 1ª a 4ª, uma vez completadas, os alunos deixam de continuar os estudos face inexistir 5ª a 8ª nas proximidades, as que existem, embora seja grande a distância, ora estão super lotadas, ora os pais não tem condições financeiras para arcar com a despesa do transporte coletivo.

Ademais, sendo a Escola Municipal, proporcionará ao Estado apenas complementar as salas para implantação da 5ª a 8ª séries, economizando 1ª a 4ª já existentes.

Caso sejam construídas, beneficiarão centenas de alunos das Vilas: Jardim Santa Paula, Jansen, Justus, Raquel, Madalena, São Miguel e outras.

#### REQUERIMENTO N° 1800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Secretário Especial da Política Habitacional solicitando a autorização e viabilização para execução de um projeto habitacional em sistema de mutirão, na sede do município de Toledo.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) ALBINO CORAZZA

#### JUSTIFICATIVA:

Levantamento realizado pela municipalidade toledana aponta um cadastramento de mais de mil famílias carentes que necessitam de moradia digna.

O déficit habitacional em todo território é incontestável e a conjuntura econômica, agravada pelo desemprego ou subemprego dessas famílias carentes, obstruem o

acesso de milhares de paranaenses ao benefício da casa própria através do sistema habitacional convencional.

A experiência dos mutirões habitacionais no Paraná provou sua eficácia e a manutenção e expansão do programa oportuniza o atendimento a uma das necessidades prioritárias da família paranaense, pelo que, solicitamos a destinação do benefício à população carente do município de Toledo.

REQUERIMENTO N° 1801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Legião Brasileira de Assistência - LBA - Regional do Paraná no sentido de que seja avaliada a possibilidade de se destinar recursos ao MOLIVI - Movimento de Libertação de Vidas - de Maringá.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador Nereu Vidal Cezar - Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a correspondência em anexo, aquela entidade necessita com urgência de ajuda para dar continuidade ao seu trabalho.

Face a grave crise financeira por que passam as entidades assistenciais, torna-se cada dia mais difícil a prestação de serviços necessários ao trabalho, no sentido de oferecer condições mínimas de atendimento no que respeita à saúde e à assistência social.

Nestas condições, por se tratar de medida das mais oportunas e que responde aos mais legítimos anseios da população envolvida, contamos com o indispensável apoio desta Casa e o urgente atendimento por parte da LBA.

REQUERIMENTO N° 1802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Superintendente da Polícia Federal no Estado do Paraná, objetivando estudos para a implantação de um posto da Polícia Federal em Maringá.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao jornalista Antenor Sanches - Rua Joaquim Nabuco, 1001 - Maringá PR. - CEP. 87.013.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A instalação de um posto de atendimento da Polícia Federal em Maringá vem sendo reclamado a longo tempo, para atender a população daquela Região.

Curitiba, terça, em 06.08.91

Maringá polariza uma vasta e populosa Região do Estado, razão pela qual a presença efetiva da Polícia Federal compreende uma real e urgente necessidade.

Nestas condições, por se tratar de medida das mais justas e oportunas, e que responde aos mais legítimos anseios da população da Região, contamos com o apoio desta Casa, urgenciando o atendimento por parte da Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1803

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Fundação de Assistência ao Estudante, FAE, aos senhores deputados federais e senadores da República, pelo Paraná, solicitando providências quanto à remessa imediata de livros didáticos às escolas da Rede Oficial do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O segundo semestre deste ano letivo iniciou no último dia 29 de julho, nas 2.964 escolas da rede oficial do Estado. Entretanto, esse começo representa, também, a continuidade de alguns problemas vividos por esses estabelecimentos há alguns meses: falta de livros, carteiras e merenda.

Os 1.237.142 alunos que voltaram às aulas encontraram suas escolas com os mesmos problemas - muitos, inclusive, agravados - do início do ano, que se constituem em obstáculos ao desenvolvimento ideal dos estabelecimentos.

Dentre esses problemas, um assume caráter de maior gravidade: a falta de livros didáticos.

Muito embora a propaganda oficial anuncie que o Ministério da Educação comprou e distribuiu milhões e milhões de livros, o Paraná até agora recebeu apenas 4,5% da sua necessidade.

Essa situação acaba colaborando para o aumento dos índices de evasão e repetência, uma vez que muitas crianças carentes ou abandonam a escola por total falta de condições, ou têm sua aprendizagem, prejudicada pelo retardamento injustificado na distribuição do material.

A democratização do acesso ao saber passa, obrigatoriamente, pela criação de condições de acesso e permanência de todas as crianças na escola, inclusive aquelas que não podem comprar o material didático.

Temos certeza de que nossas autoridades federais sensibilizar-se-ão com a extensão e gravidade do problema, envidando esforços para superá-lo e garantir a for-

mação de grande parcela das crianças paranaenses.

Que do presente seja dada ciência ao Ministro da Educação, ao Governador do Paraná, ao Secretário da Educação e ao Superintendente da Fundepar.

#### REQUERIMENTO N° 1805

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o consentimento do Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder, ao Digníssimo Senhor Doutor Adonis da Cunha Ramos, Delegado da Receita Federal de Foz do Iguaçu, com manifestação de apoio à solicitação encaminhada pela direção da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, cujo teor segue em anexo.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO N° 1804

Senhor Presidente.

O parlamentar que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após o duto consentimento do Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder, ao Congresso Nacional, com manifestação de apoio à aprovação do Projeto de Lei n° 928 de 1991, que estabelece como "zona de uso intensivo" área do Parque Nacional do Iguaçu atravessada pela Estrada do Colono, de autoria do ilustre Deputado Federal Werner Wanderer, e cujo teor do referido documento, acompanha.

Do aprovado, requer comunicação ao autor do projeto de lei em questão.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO N° 1779

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Djalma de Almeida César, nos seguintes termos:

1) A Lei n° 9.579 de 22 de março de 1.991, dispõe em seu art.10 que o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente deveria ser instalado em fevereiro do corrente. Como a Lei foi promulgada posteriormente, o mesmo deveria ser instalado imediatamente, tendo em vista a necessidade e obrigatoriedade, de acordo com o art.88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1.990, o que não ocorreu.

Por que razão não foi cumprido o mandamento legal?

2) A legislação federal exige que sejam criados o conselho e seu respectivo fundo, para que os Estados recebam verbas federais para os programas e atividades ligados à criança e ao adolescente, de acordo com o art. 261 da supra citada lei.

O que ocorre no caso do nosso Estado, já que não existe o conselho para serem repassados os recursos federais?

3) Existe previsão para a intalação do Conselho em questão? Se a resposta for positiva, qual a data?

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) EMÍLIA BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

Antecipando-se aos avanços ligados ao atendimento da criança e adolescente, no ano de 1.987 o Governo do Estado criou uma Comissão para estudar e propor modificações quanto à proteção integral daquela população, através do Decreto n° 1.232/87.

Esta Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular elaborou anteprojeto de lei criando o Conselho e o Fundo, que acabaram servindo de modelo para outros Estados brasileiros e até para a discussão, no Congresso Nacional, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n° 8.069, de 13.07.90).

Ocorre que o Projeto foi votado nesta Casa de Leis, e posteriormente vetado pelo Governador Álvaro Dias. Derrubando o veto, neste ano, e promulgada a Lei 9.579, pelo Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, até o momento não foi tomada qualquer iniciativa para o cumprimento da lei, contribuindo para que o Estado do Paraná se atrase no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O que nos leva a fazer este pedido de informações é que o Secretário do Trabalho e Ação Social, promove, nesta semana, o Congresso Estadual "Meninos de Rua: Vítimas ou Culpados?", amplo painel de discussão sobre o assunto.

A iniciativa é louvável, mas ao mesmo tempo a dívida social do Estado para com esses mesmos meninos de rua é grande, pois a lei que assegura a sua proteção não é cumprida.

Sugerimos que uma das conclusões deste tão importante Congresso seja que a instalação do Conselho Estadual se dê imediatamente.

#### REQUERIMENTO N° 1799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja solicitado ao Senhor Governador, doutor Roberto Requião, informação sobre o valor dos gastos, no mês de abril de 1991, por parte do Estado, na manutenção de previdência complementar e outros benefícios a empre-



gados de empresas ou órgãos do Estado.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) NEIVO BERALDIN

# JUSTIFICATIVA:

O Brasil é um País de contrastes gritantes, onde existem disparidades salariais e além disto vantagens salariais das mais diversas. No Paraná acreditamos que tal fato também possa ocorrer.

O momento econômico do País e dos seus Estados reflete uma tendência de dificuldades de recursos a médio prazo, fazendo com que as despesas com pessoal assumam um montante elevado, demonstrando dificuldades estruturais na administração de pessoal no Estado do Paraná.

Quando estes momentos surgem é a época de tomada de providências para que a igualdade de benefícios seja aplicada a todos os funcionários do Governo.

São necessárias estas informações para que, além da transparência, sejam objeto de análise do custo x benefício destes encargos.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 309/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o município de Rio Bonito, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas a seguir especificadas:

"Inicia-se junto às cabeceiras do Rio Crim, deste ponto segue o referido Rio a jusante, até encontrar o reservatório da Usina de Salto Santiago, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul; segue a jusante, pela margem do reservatório da represa de Salto Santiago até a barragem; deste ponto, ainda a jusante, agora pelo Rio Iguaçu até encontrar o reservatório da Usina de Salto Osório, segue margeando a referida represa até a foz do Rio das Cobras, confrontando com terras dos municípios de Chopinzinho e Sulina; segue a montante pelo Rio das Cobras até encontrar a ponte da estrada de rodagem que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguaçu; deste ponto segue pela referida estrada de rodagem na direção de Laranjeiras do Sul até a sede do Patrimônio do Km. 127, confrontando com terras do Municípios de Nova Laranjeiras até o passo do Rio Xagu e até o Patrimônio do Km. 127, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul; deste ponto segue por linha reta até a inteseção do Arroio dos Simões com a estrada asfaltada BR 158, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul, segue pelo referido Arroio dos Simões até suas cabeceiras, confrontando com terras do município de Laranjeiras do

Curitiba, terça, em 06.08.91

Sul, deste ponto por linha reta às cabeceiras do Rio Crim, onde se iniciou esta descrição, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul.

## MEMORIAL DESCRITIVO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO:

Partindo do ponto locado junto à faixa de domínio da BR 158, deste ponto rumo 13°49' SE, mede 35,10m., segue rumo 29°15' SE, mede 583, 60m., confrontando com terras do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito, segue por linha reta de 594,00m., confrontando com terras de Emílio Ceslak, segue por linha seca até a faixa de domínio da BR 158, confrontando com terras de Eduardo Dabreski, segue por linha seca acompanhando a faixa de domínio da BR 158, confrontando com terras da referida estrada até o ponto inicial desta descrição."

Art. 2° - Fica revogada a Lei n° 9.222, de 04 de abril de 1990.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) TOTI COLAÇO

# JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado à apreciação desta Assembléia, objetivando a criação do município de Rio Bonito, além de permitir um melhor desenvolvimento do Estado, via descentralização de sua capacidade administrativa, levando o centro de decisões locais para mais perto dos cidadãos, possibilita aos principais interessados a correta gerência político-administrativa dos mais diversos interesses da comunidade.

Longe de se tornar um município carente, Rio Bonito já reúne condições para sua própria manutenção, tendo em vista a existência de diversas circunstâncias que lhe permitem vida autosuficiente. Sendo o maior produtor de milho da Região, conta com um considerável rebanho de gado e suínos, com a silagem adequada à manutenção do mesmo.

Para acréscimo produtivo, dispõe de usina de álcool na região, totalmente servida por 91 quilômetros de estradas vicinais, com ligação asfaltada para a BR 158 (Rod. Transbrasiliana), bem como aeroporto aberto à operação de "lear-jets". Encontra-se em Rio Bonito a maior reserva ecológica do Paraná, com cerca de 47 mil alqueires (Giacometti-Marodin), além de termas hidrominerais da maior relevância.

Sua população conta com atendimento educacional de 1° e 2° graus, atendendo atualmente uma clientela de 1.400 alunos, enquanto seu posto de saúde atende aproximadamente 40 consultas diárias em média. A sociedade instituída dispõe de Conselho de Desenvolvimento Comunitário dotado de ca-



capacidade jurídica para a assinatura de convênios benéficos à comunidade, como o Programa de Microbacias, além de contar com Centro Social de 1.300m<sup>2</sup>, trator de esteiras comunitário, Associação de Damas, convênios com o SENAC e Banco do Brasil objetivando o desenvolvimento de programas sociais, posto do Banco do Brasil e Tabelação.

Sendo servido por rede elétrica e telefônica em toda a sua área, Rio Bonito conta, finalmente, com um dado da maior importância no que diz respeito à sua capacidade de investimentos, pelo fato de ter parte de sua área territorial alagada pelo reservatório da Usina de Salto Santiago, o que lhe trará como consequência a segurança da disponibilidade de uma fonte segura da receita necessária ao seu desenvolvimento, com o resultado de melhor qualidade de vida ao seu povo.

Face aos motivos expostos, contamos com a aprovação dos nobres Pares a este ato de justiça social para com o Paraná.

PROJETO DE LEI N° 310/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitorino - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta proposição com base na Lei n° 6994, cujo artigo 1° é cumprido integralmente pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitorino - PR.

A APAE de Vitorino foi fundada em maio de 1989 e está cadastrada no Ministério da Fazenda sob o CGC n° 80871023/0001-00.

Sua diretoria não dispõe de qualquer forma de benefícios ou remuneração, bem assim, seus sócios. Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação, obedecendo sempre os princípios estatutários e os fins a que se propõe, quais seja, a promoção educacional, social, assistencial, cultural e filantrópica.

Pelos bons serviços prestados à comunidade, e pela importância de sua existência e permanência em Vitorino, a APAE merece o reconhecimento de entidade de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) ALBINO CORAZZA

PROJETO DE LEI N° 311/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Tabajara, Estado do Paraná, as datas de terras 126, 127, 128, 129, 130, 131 e 132 do Loteamento "Cidade São Vicente de Tapejara" do município acima mencionado, de propriedade do Estado do Paraná, conforme certidão n° 17.456, livro n° 3, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Parágrafo Único - A área de que trata este artigo será destinada a abrigar pequenas indústrias comunitárias que não possuam condições de instalações próprias.

Art. 2° - O imóvel objeto desta doação fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do referido município, devendo retornar ao patrimônio do Estado, se sua destinação perecer.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.91

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que aqui submetemos a consideração desta Casa de Leis e que tem por objeto a doação de área de propriedade do Estado do Paraná ao município de Tapejara, fundamenta-se nas aspirações de vontade local, através da manifestação de suas lideranças políticas, juntamente com a Administração Municipal, com sentido de oferecer à referida comunidade, através da presente medida, condições de trabalho em instalações adequadas e conseqüentemente auxiliando o promissor desenvolvimento econômico-social que vem sendo observado na região.

Assim sendo, esperamos poder contar com o necessário apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 312/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

Entidade de fomento à pesquisa científica e tecnológica

Art. 1° - Ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná - CONCITEC, autarquia de regime especial, com personalidade jurídica pública, capacidade de auto-administração, inclusive autonomia financeira e finalidades específicas definidas nesta lei, compete o estabelecimento das diretrizes e formulação da política estadual de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 2° - São atribuições do CONCITEC a promoção e o amparo aos projetos de pesquisa básica e tecnológica e de desenvol-

vimento tecnológico, com o objetivo de contribuir para o progresso social e econômico do Estado do Paraná.

Art. 3º - Para a consecução de seus objetivos, o CONCITEC pode celebrar convênios e contratos com órgãos públicos e pessoas físicas ou jurídicas nacionais e estrangeiras, observada a legislação específica.

Art. 4º - O CONCITEC tem a seguinte composição:

I - Quatro representantes do Poder Executivo, indicados pelo Governador do Estado, dentre eles o titular da Pasta a qual está diretamente afeta a ciência e tecnologia, na qualidade de membro nato;

II - Quatro membros da comunidade tecnológica, indicados pelo Centro de Integração e Tecnologia do Paraná;

III - Quatro membros da comunidade científica, indicados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Secretaria Regional do Paraná;

IV - Quatro membros da comunidade empresarial, indicados pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP);

V - Quatro membros da comunidade trabalhadora, indicados por um fórum que congregue suas entidades de classe.

Parágrafo Único - Todos os membros indicados deverão ter reconhecida competência científica e tecnológica.

Art. 5º - Os representantes indicados serão nomeados conselheiros por Decreto do Governador do Estado para um mandato de quatro anos, permitida a recondução.

Parágrafo Único - Cinquenta por cento do Conselho renovar-se-ão a cada período de dois anos.

## CAPÍTULO II

### Organização e Administração do CONCITEC

Art. 6º - O CONCITEC reger-se-á por estatuto próprio aprovado pela maioria absoluta dos seus conselheiros, fixando suas atribuições específicas e competências.

Art. 7º - O CONCITEC é constituído por um Conselho Deliberativo, uma Diretoria e uma Assessoria Técnico-Científica.

Art. 8º - Integram o Conselho Deliberativo todos os membros nomeados na forma prevista no artigo 4º desta lei.

Art. 9º - A Diretoria é composta pelo Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Científico.

§ 1º - Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Diretoria são privativos do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, e serão preenchidos por decisão dos membros referidos no artigo 4º desta Lei.

§ 2º - Os cargos de Diretor Adminis-

trativo-Financeiro e de Diretor Técnico-Científico são de nomeação do Governador do Estado, mediante lista tríplice elaborada e aprovada posteriormente pelo Conselho Deliberativo.

§ 3º - A Diretoria é formada para cumprir mandato de dois anos.

Art. 10 - A Assessoria Técnico-Científica, subordinada ao Diretor Técnico-Científico será formada exclusivamente por consultores "ad-hoc", indicados pelo Conselho Deliberativo.

## CAPÍTULO III

### Recursos do CONCITEC

Art. 11 - O CONCITEC é o gestor dos recursos derivados da parcela mensal da receita tributária do Estado conforme o disposto no artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná, de recursos de outras fontes, além daqueles decorrentes do artigo 3º desta lei.

Art. 12 - As despesas administrativas do CONCITEC, inclusive de pessoal, não poderão ultrapassar 2% (dois por cento) do seu orçamento.

Art. 13 - O Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC - é subordinado ao CONCITEC que é o gestor dos seus recursos.

## CAPÍTULO IV

### Disposições Gerais e Transitórias

Art. 14 - É vedado ao CONCITEC criar ou manter órgãos próprios de pesquisa e assumir encargos administrativos de outras instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Art. 15 - A função de Conselheiro, Diretor e Consultor são honoríficas, não lhes cabendo qualquer espécie de gratificação ou remuneração a qualquer título.

Art. 16 - O primeiro Conselho Deliberativo será composto por dez membros com mandato de dois anos e dez membros com mandato de quatro anos, nomeados na forma prevista nesta lei.

Art. 17 - A reunião de instalação do CONCITEC deverá ser realizada no prazo máximo de noventa dias contados da data de publicação desta lei, devendo o seu estatuto ser aprovado até trinta dias decorridos da data de instalação.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(aa) EMÍLIA BELINATI

ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

PRELIMINARMENTE

O projeto de lei objetiva regulamentar o artigo 205 da Constituição Estadual, que define órgão específico para gerir os 2%

(dois por cento) da receita tributária do Estado para o fomento à pesquisa científica e tecnológica.

# I - CONSTITUCIONALIDADE

"Art. 205 - O Estado destinará, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, não inferior a dois por cento, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, que será destinada em duodécimos, mensalmente, e será gerida por órgão específico, com representação paritária do Poder Executivo e das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora, a ser definido em lei."

(Constituição Estadual)

"Art. 27 - .....

XVIII - somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas;" (grifo nosso).

(Constituição Estadual)

"Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

....

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;"

(Constituição Estadual)

"Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

...

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;" (grifo nosso)

(Constituição Federal)

"Art. 200 - Cabe ao Poder Público, com a participação da sociedade, em especial as instituições de ensino e pesquisa, bem com as empresas públicas e privadas, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e suas aplicações práticas, com vistas a garantir o desenvolvimento econômico e social paranaense." (grifo nosso).

(Constituição Estadual)

"Art. 201 - A pesquisa científica básica e a pesquisa tecnológica receberão, nessa ordem, tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência". (grifo nosso)

(Constituição Estadual)

"Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Consti-

tuição." (grifo nosso).

(Constituição Estadual)

## DOUTRINA

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em sua obra "Direito Administrativo" (2.<sup>a</sup> ed., Atlas S/A, 1991), ensina: "... pode-se considerar autarquia a pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de auto-administração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei." (p. 270).

Mais adiante, na mesma obra, "o Estado pode... constituir pessoa jurídica dotada de patrimônio vinculado a um fim que irá beneficiar pessoas indeterminadas, que não a integram, como membros ou sócios, a exemplo do que ocorre com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, o Hospital das Clínicas, as Universidades Oficiais, todas elas constituídas por um patrimônio destinado a beneficiar terceiros; o elemento humano que as compõe, compreendendo dirigentes e servidores é mero instrumento para consecução de seus fins." (p. 272), (grifo nosso).

O douto constitucionalista paranaense, Clémerson Merlin Clève, exarou parecer, sobre a matéria, nos seguintes termos: "Os recursos destinados ao fomento da ciência e tecnologia serão geridos por órgão específico.

Esse órgão poderá ser um Conselho vinculado à Administração Direta, e neste caso não possuirá personalidade própria, confundindo-se com o próprio Estado. Poderá ser, ainda, um órgão dotado de personalidade jurídica. Este caminho parece ser o mais recomendável, já que fica assegurada a autonomia necessária do órgão gestor em relação ao Poder Público Estadual. Este órgão específico, referido pelo Constituinte Estadual e que deverá ser criado ainda pelo Legislativo, tanto poderá constituir uma autarquia, e no caso, uma autarquia especial, como poderá ser uma fundação (seja de direito público, que, em verdade, não passa de uma autarquia, seja de direito privado, sendo certo, porém, que com a nova Constituição pouca vantagem acumular-se-á com a opção pela fundação de direito privado). De todo modo, cabe ao legislador escolher a forma jurídica que revestirá o órgão gestor das verbas orçamentárias destinadas ao fomento da ciência e da tecnologia". (grifos nossos), (conforme Parecer "in annexu").

Quanto à paridade do órgão a ser criado: "O histórico da construção legislativa do art. 205 da Constituição do Estado do Paraná demonstra, mais uma vez, a par do já afirmado, que o Constituinte procurou, com efeito, definir representação igual, paritária, equivalente, para todas as co-

munidades (científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora) tomadas isoladamente, e mais, também para o Executivo. Isso para o fim de tirar da órbita do Executivo o controle sobre as verbas destinadas à ciência e tecnologia". (Prof. Dr. Clemerson Merlin Clève, no Parecer in anexo).

## II. MÉRITO

A importância e relevância da ciência e da tecnologia dão-se na proporção direta da razão e da forma como foram tratadas pelos Constituintes Federais e Estaduais.

A vinculação constitucional permitida pela Constituição Federal e acatada pelos Constituintes do Paraná, evidencia essa importância.

Para ilustrar, o único outro caso de vinculação constitucional, é para o setor de educação, considerado prioridade nacional.

O Estado do Paraná é o único, dentre os maiores Estados do Brasil, que ainda não regulamentou a vinculação tributária, instituindo o órgão específico para geri-la.

A redação do projeto, como se apresenta, resulta de uma ampla discussão entre os diversos setores da sociedade ligados à área, especialmente: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais do Paraná e Associação dos Docentes das Universidades.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 313/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MERCEDES CENOVICZ - AMEC - FILANTRÓPICA E CULTURAL, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Mercedes Cenovicz - AMEC - Filantrópica e Cultural, sociedade civil sem fins lucrativos, voltada ao atendimento de menores carentes.

Considerando o elevado índice de mortalidade infantil em nosso País, a finalidade da entidade, por si só, justifica o presente objetivo.

Além do mais, a documentação apresentada pela entidade se amolda perfeitamente

Curitiba, terça, em 06.08.91

às exigências da Lei n° 6994, razão pela qual contamos com a aprovação desta Casa para o presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 314/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - ANCA - Regional 3/Paraná, com sede em Curitiba-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) RENATO ADUR

### JUSTIFICATIVA:

Esta entidade, de profunda vinculação com o setor rural, vem desenvolvendo também em nosso Estado, através de sua Regional 3, profícuos projetos de assentamento agrário.

O Estado do Paraná, ao que se conhece pretende a contratação dos seus serviços técnicos, o que enseja a presente declaração, absolutamente necessária para a habilitação.

Não fosse esse motivo, mesmo assim, pelos relevantes serviços que já empreendeu ao setor cultural paranaense, sobreporiam razões para o acolhimento do plano de lei que a eleva à categoria de Utilidade Pública em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N° 315/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA, com sede e foro na cidade de Assaí, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro na cidade de Assaí, fundada no dia 26 de outubro de 1989, tem como finalidade a recuperação do alcoólatra, pela psicoterapia de grupo de pessoas, ambos os sexos, dadas ao vício do alcoolismo.

Pelo exposto, submetemos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, solicitando a final a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está aberta a sessão.

Lida e aprovada a Ata.

Não há expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós acabamos de relatar na CCJ, emitindo nosso parecer a respeito da Mensagem Governamental - Projeto de Lei n° 289/91 - que Sua Excelência o Governador Roberto Requião manda para esta Assembleia, trazendo em seu bojo um abono provisório aos vencimentos dos professores estaduais do Paraná, 1° e 2° graus. Nós, inclusive, apresentamos uma emenda ao referido projeto - a qual foi aprovada pela CCJ - fazendo com que o abono seja provisório até que seja feita a reposição salarial das perdas salariais do funcionalismo público do Estado, especificamente dos professores estaduais.

Entendemos que a nossa emenda garantiria aos servidores públicos, ou especificamente aos professores, a garantia de que esse mínimo abono provisório permaneça anexo aos seus salários até que sejam repostas as perdas salariais durante este ano e anos passados.

Temos ouvido, em alto e bom som, dos Deputados, do Governador do Estado, principalmente, colocando suas prioridades - as prioridades do Governo Requião - e entre elas a Educação. Lamentamos que depois de 8 meses, praticamente nenhum aumento, nenhum ou zero vírgula zero de aumento, houve até o momento para o funcionalismo público do Estado. Inclusive a questão específica dos professores.

Esta prioridade anunciada pelo Governado, na nossa avaliação está sendo colocada como construção de escolas, porque se viu anúncios pela imprensa, de que a cada dia se inauguram ou se constroem 7 salas de aula no Paraná no atual Governo. Portanto, a prioridade com a Educação, no nosso entendimento, não é construção de salas de aula, apenas, mas sim, de rever a educação num todo, no seu todo no Estado do Paraná e, principalmente, a questão salarial dos professores que, no nosso entendimento, não adianta construir salas de aula, se não há nenhuma motivação para que o professorado cumpra o seu papel realmente de educadores. E a prova disso é que, pela quarta vez, o Governo do Estado está abrindo concurso para preenchimento de vagas de professores, e pela quarta vez, não consegue preencher as vagas existentes, pelo desestímulo e por nenhuma motivação que os professores tenham ou que qualquer cidadão tenha em fazer concurso e lecionar para o Estado, com os níveis salariais existentes dos professores do Paraná.

Este abono que nós damos parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, entendemos ser um mero paliativo e que

não é isso o esperado e não é isto que os servidores do Estado - não só os professores, mas todos os servidores do Estado - estão esperando do Governo; mas sim, uma reposição justa das suas perdas salariais, que em 8 meses, nem sequer o Governador respeitou a Lei, de negociar na data-base, negociar com os sindicatos representantes dos servidores públicos do Estado, as perdas salariais.

Nosso entendimento é de que é necessário se tratar com mais respeito, com mais dedicação, olhar com melhores olhos a educação no nosso Estado. Não se dá aumento ao funcionalismo público, no nosso entendimento, porque não há condições, e sim por outras razões obscuras até o momento, porque as publicações da imprensa - inclusive das receitas do Estado - comprovam isso.

Vimos aí, nesta última semana, a publicação pela imprensa de um "superávit" de aproximadamente quatro bilhões no mês de julho; um "superávit" dos recursos públicos. As despesas com pessoal no Estado, no mês de julho, foi em torno de 30,6 bilhões, quando os serviços da dívida passaram de sete bilhões, isto é o equivalente a 23% dos gastos de pessoal durante o mês de julho.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós entendemos que não é isso que a classe dos professores do nosso Estado, que deve ser muito bem zelada pela importância que tem na sociedade que vivemos, na educação do povo do Estado do Paraná, não deve ser tratada dessa forma. Entendemos que não é isso que se espera do Governo, mas sim justiça quanto aos salários do funcionalismo público e mais especialmente dos professores. Esperamos que quando este projeto vier para o Plenário, se garanta pelo menos isto, que se mantenha este mínimo paliativo agregado ao salário dos professores do Paraná, até que se reponha as perdas salariais que tiveram durante esse ano e no período passado.

Era isso e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho hoje fazer este meu pronunciamento em defesa das empresas paranaenses.

(Lê): "A Comunicação Social do Governo do Estado se encarregou de levar até a opinião pública, a injusta discriminação que se estabelece na distribuição das verbas federais. Injustiça que todo paranaense não admite.

Quero falar ao Líder do PMDB, que colocou uma nota nos jornais, que eu também,

como Líder do PRN, não admito.

Mas ironicamente, o Governador Melo e Silva, que tem a imposição política, o dever jurídico e mais o compromisso solene de patrocinar a defesa deste Paraná, parece mais preocupado em gastar seu tempo e criatividade, na sua disputa com o Senador José Eduardo Vieira.

Irônico, porque esta é a hora em que mais precisamos de união e entendimento, e o nosso comandante Melo e Silva, prega a discórdia, estimula a cizania interna, fomenta a retaliação, criando assim, mais dificuldades para nosso Estado. Gasta bilhões de cruzeiros numa guerra particular, para "brincar de banqueiro" ao dar sua orientação e vontade pessoal no "marketing" do BANESTADO. Usa, portanto, interesse, bens e patrimônio público, o Senhor Melo e Silva, para degladiar-se com o Senhor Andrade Vieira.

Irônico sim, porque ainda na última campanha, o Senhor Melo e Silva andou montando comitês eleitorais junto com o banqueiro e até utilizando chapéu de banqueiro e revólver de pistoleiro, para se eleger, e agora, como Governador, se apressa em mudar a sua imagem.

Que brigue com o Senador que lhe emprestou o chapéu para ganhar a eleição. É até compreensível num País em que os políticos mudam como o vento, mas que use "seu exército brancaleone" para prejudicar uma empresa como o BAMERINDUS, que como o BANESTADO, tem milhares de acionistas paranaenses, isto já fica por conta do procedimento no mínimo autoritário e antidemocrático.

Esta vocação autoritária do Senhor Melo e Silva, é que nos preocupa, porque se começa o seu Governo, investindo contra a maior empresa genuinamente paranaense como é o BAMERINDUS, o que acontecerá com os pequenos que caírem na sua desgraça ou não se submeterem aos seus caprichos pessoais?

Um procedimento como este do Senhor Melo e Silva, contra uma empresa paranaense, é tão prejudicial como a discriminação de verbas por parte do Governo Central. Deveria Melo e Silva dar o exemplo da união, porque elegeu-se Governador de todos os paranaenses e não ser foco de discórdia e desunião, que não ajuda e não encontra amparo na índole pacifista dos paranaenses.

Estaremos de olho no Governo do Estado e particularmente no discurso de Melo e Silva, que posa de defensor da microempresa, mas na prática parece demonstrar outra vocação, como esta de gastar bilhões de cruzeiros para combater o BAMERINDUS.

Não podendo apresentar obras efetivas, porque nem Plano de Governo tem, o Senhor Melo e Silva começa, no entanto, a jogar pela janela o dinheiro do povo.

Primeiro, foi a campanha bilionária de propaganda contra o BAMERINDUS do Senador José Eduardo de Andrade Vieira; agora é o tal "DISQUE QUÉRCIA", outra forma também de gastar o dinheiro do povo sem realizar obras que lhe interessam.

Mas o tal de "DISQUE QUÉRCIA", já lhe valeu, por parte do maior jornal do País, um editorial apropriado em que, sob o título "DISQUE MOLECAGEM", aquele conceituado órgão de imprensa, mostra o ridículo e inusitado da atividade de um Governador, que deixa as coisas do seu Estado, das quais tem e assumiu obrigação de cuidar, para ir futricar a vida alheia e espalhar boataria sobre outros ex-Governadores de vizinhos Estados.

A nós, pouco interessa a eterna briga dentro do PMDB, seja ela de Requião versus Quércia ou Álvaro Dias. O que nos interessa saber, e isto tem que ser devidamente explicado, é quem está pagando os tais telefonemas, que, segundo a assessoria do Governador Melo e Silva, são milhares de todo o Brasil. Dizem que tais telefones estão no gabinete do Governador, e pelo que se sabe, ali tudo é propriedade pública, ou seja, não é coisa para ser instrumento de briga partidária.

Outro fator, que muito interessaria aos paranaenses, e aí sim, estaria o Senhor Melo e Silva contribuindo para combater a corrupção, como bem disse o Deputado Federal Pedro Tonelli, é que tais linhas também se estendessem com outras campanhas sobre o "SOS CORRUPÇÃO", que não seja a do Governador, mas daqui a linha "SOS CORRUPÇÃO", que fosse instalada para receber as denúncias que já estão na justiça contra o ex-Secretário da Saúde do ex-Governo e do Governador Álvaro Dias.

Recebi, durante o recesso parlamentar, quando fiz uma nota criticando o Governador Melo e Silva, sobre o seu posicionamento, que está mais preocupado em transformar este Estado numa rinha de galos, do que governando este Estado. Recebi do Líder do PMDB, Orlando Pessuti, dizendo que o Governo Federal não atende aos anseios com verbas federais neste Estado e aí o Líder do PMDB, cuidando também da minha região, falou que o Governo Federal deveria atender a rodovia que liga Curitiba a União da Vitória.

Sempre é capacidade deste Governo, procurar confundir as coisas. Quero dizer ao Líder do PMDB, que a estrada União da Vitória já foi reivindicada junto ao Governo Federal e que não foi atendida. Este Deputado também não concorda com a discriminação que o Governo Federal faz com este Estado, porque também sou paranaense, mas também não concordo com a maneira pouco responsável com que o Governo dirige este Estado.



Ontem, o Líder do PMDB aqui nesta Casa, procurou fazer uma defesa de seu Líder, quando o Deputado Traiano fez aqui um pronunciamento que nos estarrece: o mesmo tratamento que o Governador dá a Orestes Quércia, o mesmo tratamento que o Governador dá ao Senador José Eduardo e o mesmo tratamento que é costume deste Governador dar aos seus adversários, ele deu a este grande Deputado Ademar Traiano lá na sua região, chamando líderes para conversar e só se preocupando, em vez de discutir os assuntos daquela região, se preocupando em falar mal do Deputado Ademar Traiano. Um Governador que se posiciona desta forma, vai colocar este Estado numa situação muito difícil.

Ontem, o Líder do PMDB deu uma volta lá por São Paulo, no "Disque-Quércia", para fazer a defesa do seu Líder. Sentimos no seu íntimo, que não era sua vontade fazer esta defesa, porque eu duvido, Líder Pessuti, que o Senhor pegue o jornal "Estado do Paraná" de segunda-feira e veja as declarações do seu Líder, chamando o Senador José Eduardo de "gato", e eu duvido que o Senhor suba àquela tribuna e faça a defesa, porque enquanto este Governador atinge a todos com a sua metralhadora giratória e esquece de executar os programas que ele já lançou na mídia, na televisão e nos jornais deste Estado. Passei pelas agências do BANESTADO e estou até agora procurando o programa "Panela Cheia". Nenhuma agência do BANESTADO tem dinheiro para os pequenos agricultores, mas o dinheiro do povo já foi gasto com propaganda.

Outro dia, fiz aqui uma denúncia da Delegacia do Meio Ambiente, e tive, acredito que, a grandeza de colocar à disposição do Líder do Partido do Governo, as pessoas para provarem o roubo e o achaque. Até o presente momento não fomos procurados para provar o que eu havia denunciado, porque eles estão acostumados de que as suas denúncias não são verdadeiras e estão achando que as minhas também não são.

Outro dia, falamos aqui do aumento do transporte intermunicipal, pedimos o esclarecimento do Secretário dos Transportes e aí a Bancada Governista não teve a coragem de trazer aqui o Secretário dos Transportes para explicar as atitudes de um homem que dirige o DSTC, que é arbitrário, é incompetente e além disso tem as bênçãos do rei do Palácio Iguazu. Preocupam-me muito essas posições, quando quer se esconder a verdade - e eu quero dizer a todos os Parlamentares desta Casa - enquanto o Governo Requião desvia a atenção dos paranaenses para suas molecagens, ele esquece de executar os seus programas. E o Governador Requião tem uma facilidade enorme de fazer críticas absurdas, mas

também tece elogios com a maior facilidade, pois nós vimos na última viagem do Presidente da República, quando fez uma visita a este Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores jornalistas da imprensa do Paraná, que hoje dá como grande novidade, a notícia da presença do carrasco nazista Menghele, no Estado do Paraná.

Quero fazer este pronunciamento a propósito da transformação do Palácio Iguazu numa agência de propaganda. Uma agência de propaganda que, ao invés de cuidar do bem comum, ao invés de cuidar de suprir o BANESTADO com recursos que deem justificativa às suas campanhas publicitárias, por exemplo, ao programa "Panela Cheia", só faz transformar a prática de poder na veiculação da notícia de cada dia. Espanta-me que a imprensa do Paraná noticie como novidade a passagem de Josef Menghele entre nós, quando eu mesmo que nem muita idade tenho, mas tenho boa memória, me lembro da memorável reportagem do jornalista Francisco Camargo publicada no jornal "O Estado do Paraná" nos anos - se não me engano - de 1967 ou 1968, e depois republicada na revista "Manchete", de grande circulação nacional, sobre a novidade que hoje se nos apresenta. Será extasiante semana que vem, nós veremos manchete no Estado do Paraná, dizendo que Dom João VI desembarcou no Rio de Janeiro, fugindo das tropas do General Junot, ou que mandou abrir os portos às nações amigas, ou ainda, quem sabe, transformamos os nossos jornais em folhetins históricos, e daí a "Comissão dos 300 Anos de Curitiba" agradece, fazemos uma manchete de jornal dizendo que o capitão povoador Gabriel de Lara deixou erguer o Pelourinho na Vila de Curitiba.

Pois bem, dito isso, comprovado que a contemplação dos registros do Arquivo Público, embora salutar para a história, para as liberdades democráticas, para o bem comum, não é propriamente a função do Palácio do Governo, se ocupando do presente e do futuro e não apenas do passado.

Nós vamos partir para análise do que seja esse "Disque Quércia" instalado no Palácio, no Palácio custeado e pelos paranaenses pago. Não seria de se perguntar se esse "Disque Quércia" não é assunto da economia interna do PMDB? Será que o Líder do Governo, falando em nome do Governo, deveria vir à Assembléia, ocupar o tempo da Assembléia para defender, como questão de Estado, de busca do bem comum do Para-

ná, uma disputa interna do PMDB? Um drama de consciência do Governador Roberto Requião que, ou sai do PMDB ou o PMDB sai dele, como aliás, escreveu com propriedade o jornalista Nino Carta na Revista "IstoÉ/Senhor", que está entrando nas bancas. Será que o Paraná se deve ocupar destas notícias que a cada dia o Palácio Iguazu coloca como grande tema, capaz de comover toda a sociedade? Saber que o Menghele andou homiziado em Cândido Rondon, é um assunto da maior importância, quem sabe para a "Casa da Memória" lá da cidade do Deputado Elío Rusch, saber que o Menghele andou homiziado em Marechal Cândido Rondon e depois de denunciado por um caçador de nazistas que andou aqui nos anos 60. Esse caçador de nazistas acabou inclusive morto, morto na Europa pelo braço ainda existente de luta, remanescente da hedionda Segunda Guerra Mundial, é assunto que empolga o Departamento de História da Universidade, ou quem sabe, o editor do "Fantástico" - é ainda a Senhora Maria-Alice, se não me engano. Pois é o caso desses arquivos, que poderiam passar a instruir a edição do programa "Fantástico". Tem um paranaense lá na Editoria - o Toninho Martins Vaz - jornalista de brava folha de serviços, prestada aqui no Paraná, mas não me parece assunto de Estado, não me parece assunto de Assembléia, não me parece assunto de Governo. Governo é tecer o futuro, governo é buscar o planejamento para que esta cidade e as outras cidades do Estado não sejam esmagadas por interesses alheios à sua história. Governo é a boa política de prever aquilo que nos pode acontecer e de evitar qualquer coisa que atinja o bem comum.

Nós não temos nada contra a ação política do militante do PMDB, Roberto Requião, contra o Senhor Orestes Quércia. Podemos até aplaudi-la, somar com ela, se ela for feita no uso dos instrumentos do poder do Governo do Estado, inclusive do telefone do Palácio Iguazu e também, da tribuna desta Assembléia para que se transforme um episódio burlesco, malandro, risível a nível editorial nos grandes jornais do País, numa questão de estado de sobrevivência do próprio Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência pode utilizar o Horário do PDT.

O SR. RAFAEL GRECA - Só para concluir, no sentido de convidar o PMDB do Paraná a fazer esta reflexão.

Imaginem os Senhores, se nós instalássemos um "disque-inimigo nosso" no gabinete do Prefeito Jaime Lerner, pago com o dinheiro do IPTU? Não seria a mesma coisa? Comparar, como comparou a Editoria de

Notícias do Palácio Iguazu em matéria atribuída ao Governador Leonel Brizola, matéria essa desautorizada por Sua Excelência, desautorizada por Sua Excelência, com quem estive na noite de domingo, em sua casa, lá no Rio de Janeiro; naquela Editoria disseram: "É, até o Brizola disse que colocou um telefone no Palácio Guanabara para o "disque-sequestro", para o "disque-tortura". Ora, uma coisa é o "disque-sequestro", que envolve todo um aparato de segurança pública deste País, instalado no Palácio, uma outra coisa é um instrumento de promoção pessoal e de luta partidária, instalada num Palácio de Governo.

De maneira que, sem entrar no mérito do "Disque-Quércia", porque acho que não é assunto para esta Assembléia, eu quero apelar ao bom senso do Senhor Governador, no sentido de que ele transfira esse serviço, esse telefone e toda essa onda publicitária, para o Serviço de Propaganda do Diretório Regional do PMDB do Paraná. Monte até um comitê "Anti-Quércia", pago pelos seus, mas não por nós todos, não pelo Paraná inteiro, pois isso realmente não tem cabimento.

Ainda a propósito, fica sempre a tentação de se fazer o seguinte comentário: "quem pouca de libertário, abrindo arquivos, contemplando a sua própria ficha - dizem que o José Maria Correa derramou uma lágrima furtiva atrás do Governador, lembrando Sêneca atrás de Nero, quando recolhiam suas próprias lágrimas - contemplando a própria ficha, contemplando a própria história; quem abre arquivos ao sabor de 'nunca mais', não pode começar a colocar no Palácio, que se livrava da mancha de ter arquivos, um arquivo de delação".

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Tem a palavra o Senhor Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou fazer uso da tribuna neste Grande Expediente e dedicar este tempo a Márcio Torres Martins. E quero dizer de público, que Márcio Torres Martins, adolescente de 13 anos de idade, há cerca de 60 dias foi assassinado na cidade de Colombo por um grupo de exterminadores de menores. Márcio Torres Martins, dedico a ele, porque o conheci muito bem, sei quem era Márcio e sei o quanto está sofrendo a sua família.

Milhares de pessoas são assassinadas no Brasil todo o ano, entre essas encontra-se Márcio. A maioria, a grande maioria dessas pessoas são inocentes que tombaram

manchando a terra ou não, com o seu sangue. O sangue desses inocentes, entre os quais o de Márcio, lava a terra e mancha a sociedade capitalista e burguesa.

O sangue dos inocentes, como o dele, dão-nos força e nos empurram ainda mais para o lado dos oprimidos e dos sem vez.

Há também o sangue derramado, como o de Chico Mendes, daqueles que lutam, lutam pela transformação da sociedade. E esse sangue, quando é derramado, é outra semente que brota na nossa alma socialista e nos revolta, e nos faz rebeldes contra o sistema hoje colocado.

Muitas são as vidas roubadas todos os dias em nosso País. E o ladrão, é o capitalismo. Vidas que têm valor, amor e paixão. Todo ser é apaixonado pela vida, principalmente pela própria. Sabemos que muitos desses assassinos não valorizam a vida do próximo e, talvez, alguns deles nem a própria.

Quem tem paixão pela vida deve ser contra a violência e a morte. Esta deveria ser a lógica. E é nesta situação que nós nos colocamos.

Mas, no nosso País, não é o que parece. Aqui, aqueles que dominam impõem aos dominados uma série de violência, não só a violência da porretada, da faca e da bala, mas também a violência da calúnia, da mentira, da concentração da riqueza e da terra gerando a fome e a miséria.

Impõem-nos a violência nos meios de comunicação onde somente retrata uma verdade: a verdade dos dominantes e vencedores, nunca dos dominados e vencidos.

Mais da metade da nossa população não tem voz, não tem vez e não tem cidadania, são vencidos e dominados, são marginalizados e considerados os espúrios da sociedade. Estes são objetos: são xingados, criticados e caluniados. E se opuserem qualquer resistência são mortos. Quando alguém se coloca ao lado desses, sem voz e sem vez recebe o mesmo tratamento por parte dos opressores.

Quando a injustiça, a desigualdade e a violência é denunciada a sociedade e os poderes que a retratam têm o mesmo comportamento: destruir a voz de quem está denunciando. E, para isso são usadas todas as armas para destruir a voz daqueles que se levantam. Usa-se o desrespeito, a mentira, e a calúnia, o anonimato e a covardia. E, se necessário, usam também outro tipo de violência: a física.

Nesse Parlamento dias atrás, fui vítima de mentiras e de atos covardes através de bilhetes e de recados. Eu sei de onde vem, sei de que campo partiu e sei também quem elabora esse tipo de ação. Quem faz isso são as mesmas pessoas a serviço da classe dominante e dos assassinos desses trabalhadores e desses menores. São os

mesmos que violentam a maioria da população brasileira, principalmente se esse segmento da população for a classe trabalhadora pobre, for negro, índio ou mulher. Todas aquelas vozes que se colocam ao lado dos oprimidos, ao lado dos explorados são atentadas ou se apagam ou se calam. .

A voz que defendem os oprimidos e os explorados devem ser caladas, porque se não elas incomodam e esse incômodo atrapalha aqueles que querem dominar e se impor sobre o silêncio.

Essas minorias, o índio, o negro e o trabalhador, para muitos devem ser exterminados em nome da raça pura da propriedade privada e da sociedade livre.

Por isso, no nosso País a mulher pobre e se for negra, deve ser mutilada com laqueadura, isto é a lógica da raça pura é a lógica do nazi-facismo. É a lógica dos dominantes. Porque não a defesa da cidadania com programas de atendimento integral a saúde da mulher? Porque ninguém ou a maioria não se dispõem a defender o cidadão.

Nós sabemos quem impõem a mutilação, quem impõem a laqueadura, são os que dominam o nosso País. Ao contrário disso, nós propomos que seja desenvolvido pelo poder constituído, programas de atendimento a saúde da mulher e da criança. Que seja desenvolvido atendimento as crianças abandonadas, e isso não é feito.

Nós sabemos que hoje está sendo realizado em Ponta Grossa um Seminário sobre meninos e meninas de rua. Esperamos que isso não seja marketing político e de propaganda, como vem sendo feito.

Esperamos que lá se defina a punir quem são os responsáveis por esses extermínios e não é difícil a punição. Márcio Martins que foi assassinado na Cidade de Colombo, se quiserem nós damos os nomes sobre quem pesa a denúncia, é um motorista do Curitiba Futebol Clube. Isso o Delegado de Colombo faz, e nós gostaríamos de ver punidos esses assassinos. Só em Curitiba de Janeiro a Março desse ano, foram assassinados 44 menores e o Estado se coloca omissos a isso.

Isto é o que nós queremos ver definido. Como diz Eduardo Galeano: "é mais fácil para a classe dominante impor em muitos momentos a laqueadura porque é mais higiênico do que ter que depois matar guerrilheiros nas florestas da América Latina".

E, eu digo, que é mais higiênico para a sociedade brasileira, matar a fome, pois hoje no Brasil 53 milhões de pessoas passam fome, senão ficará muito ruim, para essa classe que nos domina, para essa elite, porque estão demonstrando como está o retrato do nosso País, no Brasil e no exterior, porque aqui estão matando as crianças nas ruas, nos morros e

nas favelas, é o que tem feito esses grupos de extermínio.

Só na cidade do Rio de Janeiro em Volta Redonda, foram assassinados entre Janeiro de 87 e julho de 88, trezentos e seis crianças. De julho de 90 a junho de 91, em Sergipe foram assassinados cento e quarenta menores. Na região metropolitana de São Paulo, 196 menores foram assassinados no ano de 1989. Tudo isto com a convivência do Estado burguês e da elite que domina o nosso País.

Com toda esta convivência, o Ministério da Saúde, órgão oficial do Governo Federal registrou em 1985, 18.860 mortes de menores de 19 anos por vários tipos de violência.

E a violência no Brasil faz com que de cada mil crianças que nascem, 64 morram antes de um ano de idade. No Nordeste, morrem mais de 150. Dos que sobrevivem, 54%, ou seja, 38 milhões de crianças dividem-se entre a pobreza e a miséria absoluta. Entre as crianças adolescentes, até 17 anos, são 57 milhões de vida. Destes 57 milhões, 24 milhões vivem em famílias que ganham por mês, no máximo, meio salário-mínimo. Das crianças entre dez e dezessete anos, 30% trabalham. E destas que trabalham 2/3 recebem 20% do salário-mínimo. Estas são privilegiadas, porque o restante 1/3 trabalha a troca da comida ou ajudando os pais.

De acordo com o IBGE, no Brasil nascem 1 milhão de crianças, filhos de adolescentes. E a maioria destas crianças têm mães com profissão de prostituta.

Diz a UNICEF que entre dez e doze anos de idade, temos quinhentas mil meninas se prostituindo. E das menores de 17 anos, são dois milhões de menores se prostituindo.

Este é o Brasil construído pela classe dominante brasileira. Estas crianças são as marcadas para morrer. São elas os filhos da classe trabalhadora. Dos negros, na sua maioria.

E o negro, no Brasil, foi sempre o não cidadão. Por isso massacrado, torturado, marginalizado e assassinado. E a isto a sociedade capitalista branca fecha os olhos.

Direitos humanos: se há alguém que nunca teve em nosso País, foram os índios e negros. Isto até me lembra a frase de um caçador de índios que disse, um dia, após ter dado um tiro em um índio, ele chegou perto e verificou que estava chorando, diz então o caçador: "Ele até parecia gente!

Repito o que disse agora há pouco: este Parlamento tem que ser colocado como um retrato da sociedade. Porque quando nós apresentamos um Requerimento para que se estudasse a situação deste índio, a situação de direitos humanos e o que eles vi-

viam, este requerimento foi rechaçado pela grande maioria dos Senhores Parlamentares.

No nosso País, mata-se a criança porque ela está na rua. Mata-se a mulher porque ela se nega a ser objeto. Mata-se o negro só porque ele tem a cor diferente. E mata-se o índio porque ele gosta muito da vida, como todos nós gostamos.

E assim vai a nossa sociedade consumidora! Consumindo tudo. Inclusive estas vidas, como se fossem objeto e como esta sociedade consumidora encara tudo como objeto, ela assim o faz: usa e joga fora. Usa e usou o índio. Usa e usou o negro. Usou e usa a mulher. Usou e usa o trabalhador. E joga fora. Ou morto ou em vida. Em vida, quando este trabalhador encontra-se velho, doente e cansado. Aí esta nossa sociedade dá a ele uma esmola e chama de aposentadoria. Quando não, mata-o. Como é e foi feito com milhares de trabalhadores, principalmente no campo. E isto é feito para tomar a sua terra. A terra que muitos de nós nascemos, lá no campo crescemos e lá trabalhamos. E nós sabemos que o homem que na terra nasce, cresce e trabalha, ele morre ao ficar sem ela! Morre de tristeza pois a terra é sua alegria e sua vida, morre de fome pois a terra é seu pão!

O capital e a classe dominante brasileira toma a terra de quem nela trabalha de várias maneiras, através de financiamento com juros elevadíssimos, através de preços irrisórios da sua colheita e através da violência. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra só no ano de 89 ocorreram 500 conflitos envolvendo 192.000 pessoas. Nestes conflitos 66 trabalhadores, agricultores foram assassinados; 152 receberam ameaças de morte; 103 tentativas de homicídio; 502 trabalhadores rurais vítimas de lesões corporais, muitos deles, cerca de 76, torturados. 401 prisões ilegais e 1079 agressões físicas e 5 desaparecimentos. 2.400 pessoas foram impedidas de circular pela terra que é deles, pela terra que eles usam para colher a sua semente! Este é o micro retrato da violência no campo, somado ao retrato da nossa cidade são milhares de vidas que não têm valor para a elite brasileira e para o capital nacional e internacional!

Nós, daqui deste Parlamento, desta tribuna, queremos dizer que a nossa voz, junto com a dos oprimidos e explorados mais a voz dos conscientes do nosso País formaremos um coro, o coro dos rebeldes e dos descontentes! E temos absoluta certeza que apesar da omissão, convivência e opressão do Estado e da classe dominante, nós, os donos destas vozes que comporemos este coro, conquistaremos a cidadania e a liberdade da classe trabalhadora.

Concedo o aparte à Deputada Emília Belinati.

A Sra. **Emília Belinati** - Eu acho que é bastante oportuno o seu pronunciamento desta tarde porque a Secretaria de Trabalho e Ação Social está promovendo, em Ponta Grossa, o Congresso dos Meninos de Rua, e nós aproveitamos esta oportunidade para encaminhar hoje, através da Assembléia, um Pedido de Informação ao Secretário de Trabalho e Ação Social, com referência a criação do Conselho de defesa da criança e do adolescente. A lei já foi aprovada, nesta Casa, no dia 22 de março, e até agora nós não temos conhecimento de que a Secretaria tenha tomado alguma providência com referência à criação do conselho de defesa da criança e do adolescente.

Então nós cumprimos sua pessoa pelo pronunciamento desta tarde com relação ao problema do menino de rua, da criança brasileira, principalmente do Estado do Paraná, que tem sido relegada a um segundo plano, e nós aguardamos uma resposta da Secretaria com relação ao Conselho de defesa da criança e do adolescente.

O SR. DR. ROSINHA - Muito bem lembrado por Vossa Excelência a respeito do Conselho de defesa do menor. Nós já aprovamos, derrubamos um Veto colocado pelo Governador Álvaro Dias e a lei passou a vigorar desde março. Até o momento não foi ainda criado este Conselho. Por isso, no início da nossa intervenção fizemos questão de dizer que este seminário realizado em Ponta Grossa não sirva simplesmente para marketing político do Senhor Governador, mas sim para encaminhar algumas resoluções e algumas decisões já tomadas, inclusive a implementação deste Conselho que temos absoluta certeza este Conselho fará a defesa da criança do menor e dos meninos e meninas de rua pois este Conselho não é atrelado ao Poder Executivo e é um Conselho que tem poderes de deliberação.

Por isso a gente espera que seja tudo o que lá for deliberado colocado na prática, começando com a punição de quem comete assassinato na região de Curitiba e região metropolitana.

Concedo o aparte ao Deputado Manfrinato.

O Sr. **Dirceu Manfrinato** - Obrigado.

Apenas queremos aqui informar Vossa Excelência, apesar de que tenho certeza de que Vossa Excelência já tem conhecimento, apenas rememorar. Está sendo feito um encontro em Ponta Grossa com o Senhor Secretário, Deputado Djalma de Almeida César, com relação ao adolescente, em relação ao menor de rua. Eu acho que nós temos que conquistar os nossos objetivos, uma vez de que os menores de uns anos para trás têm sido utilizados apenas para aparecer nos programas eleitorais, e depois se esquecem

dos compromissos daqueles que prometeram pelas campanhas eleitorais defender os menores abandonados. Mas eu quero acreditar ilustre Deputado de que essa proposta feita durante o período eleitoral pelo nosso Partido e pelo atual Governador Roberto Requião, ela hoje é uma proposta que se coloca já em prática, nós estamos sentindo de que está havendo um avanço; é evidente que nós teremos que ter esse avanço esquecendo as ideologias partidárias. Eu acho que ajudar hoje as crianças, os meninos de rua, é uma obrigação de todos nós, seja respaldado por um mandato público ou não, eu acho que a participação tem que ser efetiva de todos, dos empresários, de todos aqueles que têm condições de ajudar, porque nós só sairemos das maiores dificuldades a partir do momento de que nós pegarmos os adolescentes, os menores, e darmos a eles uma vida mais digna, uma vida mais humana, e para isso nós temos que somar: É a Assembléia Legislativa do Estado, é o Governo do Estado, é o Poder Judiciário, nós temos que estar juntos para defender as crianças.

E ao encerrar eu só gostaria de discordar com Vossa Excelência, quando nós temos oportunidade de ver aqui um jornal: "O socialista". E Vossa Excelência escreve um artigo dizendo de que o Poder Legislativo, a Assembléia Legislativa, no modo de analisar, de entender de Vossa Excelência, não existiu nenhum avanço e a Assembléia não está cumprindo a sua função e o seu papel. Eu gostaria de informar Vossa Excelência, Deputado, que já estou aqui pelo terceiro mandato, e não quero subestimar nenhum dos companheiros e dos Deputados que aqui passaram, mas eu quero reafirmar a Vossa Excelência de que existem muitos Deputados novos que vieram com o desejo de mudanças e que essas mudanças estão existindo na Assembléia Legislativa do Estado. Eu não participo ativamente da Comissão de Constituição e Justiça, mas tenho informação de que recebo da própria Casa que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça durante o 1º semestre 303 projetos apreciados. Eu parablenizo a Comissão de Constituição e Justiça e as demais Comissões que tiveram a sua participação, porque eu sou testemunha de que esse trabalho realizado nesse primeiro semestre é um trabalho digno da Assembléia Legislativa do Estado e que pelas pesquisas no Brasil a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está colocada em primeiro lugar. Eu parablenizo a Mesa, parablenizo todos os Deputados que compõem esta Casa. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência.

A intenção da minha posição a respeito

da violência foi de formular denúncias do quanto está sendo roubadas de vidas no nosso País; e disse algumas das razões, e sabemos que a solução não se encontrará a curto prazo, a solução se dará de médio a longo prazo porque é necessário uma série de mudanças e de reformas. Uma das mudanças é a questão da concentração da terra necessitando para isso reforma agrária, reforma agrária também condizente com a realidade e também não desconheço que a solução para a violência em relação aos meninos e meninas de rua, aos menores abandonados, é a distribuição da riqueza e a transformação da sociedade como um todo. E para isso é necessário transformar o caráter do Estado e o caráter dos Poderes estabelecidos. Por isso essa minha declaração ao jornal socialista. Porque o Parlamento brasileiro, como constituído hoje, não contempla as necessidades da classe trabalhadora e da maioria da população.

Por mais que se diga que 54 Deputados representam a população paranaense, isso não contempla todas as necessidades. Nós temos que constituir um parlamento aonde a maioria se faz presente, aonde o considerado não-cidadão e sem vez e sem voz, se faça presente e tenha a vez e a voz. Por isso que eu disse e repito que é necessário transformar a sociedade para que a maioria tenha vez e voz e isso eu reforço e continuo buscando com relação a todos os poderes, inclusive ao Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Horário das Lideranças concedo a palavra à Liderança do PMDB, ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós já fizemos há uns dias atrás, uma denúncia em relação ao estoque regulador do café no Brasil. Nós apenas tivemos informação via telex e através de alguns telegramas de Presidentes de Sindicatos Rurais. E como não tínhamos ainda um documento oficial do Governo Federal, nós fizemos um ofício ao IBC de Londrina a quem quero agradecer a atenção que recebemos por parte do Sr. Luiz Carlos Martins, que é o inventariante do escritório do IBC em Londrina. A denúncia se abrange a vários armazéns dos IBCs sediados no Paraná, mas nós queremos destacar em cima dos dados que nós temos concretos, que foi aonde solicitei através de um ofício de nossa autoria, com relação ao armazém do IBC de Cianorte. E recebemos a informação de que no armazém n° 1, existem 319 mil 462 sacas de café - safra 81 e 82, 89 e 90. No armazém n° 2 está depositado 338 mil 408 sacas, da safra de 87, 88, 89 e 90, totalizando 657 mil 864 sacas de ca-

fé.

Esse é um documento oficial que recebemos do Instituto Brasileiro do Café. Eu quero, nesse momento, questionar as grandes razões de que vivemos num período de aproximadamente 15 anos de êxodo rural, e a razão do êxodo rural isto aqui já é um exemplo concreto do que nós vivemos e do que ocorreu com os pequenos lavradores no interior do nosso Estado. Pequenos produtores que tinham as suas áreas de cinco seis, até oito alqueires de terras e hoje transformados em favelados nos grandes centros brasileiros. Porque é que a agricultura não vai para frente? Porque houve um péssimo gerenciamento desde o Governo José Sarney e a gente sente hoje que se caminha pelo mesmo estilo o Governo Fernando Collor de Mello, que existe mais a história da agricultura em cima do papel do que em cima da terra onde é a verdadeira e é a sua realidade.

Se nós temos café estocado desde a safra de 1981, isso corresponde a exatamente dez anos que nós estamos com o café com o estoque regulador e não houve reposição nenhuma da qualidade do produto uma vez que o café começa a ter a sua produção com três anos, e se nós considerarmos o café estocado em dez anos e tirarmos três anos que é o tempo que ele produz, o Paraná deixou de produzir sete safras de café, conseqüentemente trazendo prejuízo na sua divisa econômica e trazendo um prejuízo na questão social do povo paranaense. Porque não pegarmos o dinheiro enjetado nesse café do Governo Federal para os agricultores e evidentemente depois na mão dos maquinistas que negociaram com o Governo Federal. Porque não pegarmos o estoque desse café e vendermos esse café e abrirmos uma linha de crédito aos pequenos agricultores, para aqueles que possam comprar três mil pés de café, no máximo cinco mil pés de café, e esse dinheiro seria repassado até o Banco do Brasil o gerenciamento desse financiamento ficaria a critério do Banco do Brasil, nós estaríamos mantendo a produção, nós estaríamos mantendo a população rural no seu lugar, e não os mantendo como favelados, com isso nós daríamos um incentivo, as casas que se constróem hoje a nível do Governo Federal, e aqui vai uma crítica muito séria, casas que se cobram quase um milhão de cruzeiros e que na verdade o custo real não passa mais do que trezentos e cinqüenta a quatrocentos mil cruzeiros. Então porque não financiarmos essa casa ao pequeno agricultor para que ele possa pagar na safra de café junto ao financiamento do Banco do Brasil. O Governo do Paraná junto com a Secretaria da Agricultura com um programa federal da EMATER que poderia dar apoio ao pequeno agricultor e esse dinheiro que está lá pa-



rado nos armazéns do IBC em Cianorte e no Paraná inteiro nós estaríamos com esse dinheiro girando em benefício do pequeno produtor.

É lastimável uma situação destas num País altamente produtor, num País com as melhores terras férteis que possa existir nesse mundo inteiro, e nós encontramos se dando ao luxo de um País rico quando o café está perdendo o tipo, perdendo a sua qualidade e apodrecendo até, às vezes, nos armazéns no IBC.

Nós solicitaremos à Assembléia Legislativa através do Presidente e o Presidente da Comissão da Agricultura uma audiência com o Ministro da Agricultura para levarmos essa situação que está vivendo hoje o Paraná neste abandono aos pequenos produtores e este dinheiro parado sem qualquer estilo de comercialização beneficiando a nossa agricultura do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Domingos Carvalho, Durval Amaral e Toti Colaço, constante do expediente, solicitando licença para representarem esta Casa na abertura da IX EXPO-LEITE, a ser realizada no Município de Castro, em comemoração ao 50º aniversário da Cooperativa Agropecuária Batavo. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio e Emília Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS DOS DEFICIENTES FÍSICOS E MENTAIS - PADEFI, com sede no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE GRANDES RIOS - AMORGRI, de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA FLÁVIO CARVALHO GUIMARAES, situada em Ponta Grossa - Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE, que declara de Utilidade Pública a JUVENTUDE ECOLÓGICA DO PARANÁ - JEP's de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Apas, com sede e foro na cidade de Diamante do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ESCOLA UNIVERSALISTA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

213/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro na cidade de Amaporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 224/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que declara de Utilidade Pública o PROJETO SHALOM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE ( Algaci Túlio ) - Sobre a mesa, requerimentos de n°s 1782 e 1783, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1806, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1807, de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente. - O presente requerimento não foi recebido por falta de autuação do projeto.

Requerimentos de n°s 1791 e 1794, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n°s 1785, de autoria dos Srs. Deputados José Alves, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Emília Belinati, João Iensen, Rossoni e Arlindo Troian, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1781 e 1786 a 1789, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1784, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1800, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1801 e 1802, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1803, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1804 e 1805, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1797 e 1798, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1799, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1779, de autoria da Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

E mais uma vez, agradecemos a presença neste Plenário, dos estudantes do Colégio Bom Jesus.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 77/91, e dos Projetos de Lei n°s 116, 128 e 129/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 31/91 e do Projeto de Lei n° 212/91.

Levanta-se a sessão.